

O Trabalho Docente: Fundamentos de Precarização e Proletarização Presentes na Política Nacional e Seus Reflexos na Região dos Inconfidentes-MG (1964-2017)

*Marcelo Silva*¹
*Glauber Borges*²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a problemática da precarização e proletarização do trabalho docente no contexto político da microrregião dos Inconfidentes. Percebe-se que a docência no Ensino Básico nacional tem passado por um processo de transformação, que tem seu início pós-promulgação da LDB 4024/61 e se estende até os dias atuais. Buscou-se analisar as transformações políticas e educacionais que ocorreram no Brasil, do período ditatorial até a reforma do Estado e das políticas públicas nos anos de 1990 à 2017. Entende-se que, com a mudança no cenário político brasileiro para educação, essa influenciou e tem influenciado professores/as e futuros/as professores/as em avaliar negativamente a condição real da profissão, fato que externaliza o problema da precarização e proletarização, questão fortemente marcada em tempos de pandemia. Com base na análise bibliográfica e documental, essa análise terá como referencial metodológico o caráter qualitativo e quantitativo da produção. Entende-se que essa proposta metodológica é fundamental porque auxiliará na análise das fontes do período em questão e na produção acadêmica acerca do tema, para demonstrar o processo histórico e as medidas que possibilitaram a reformulação do trabalho docente. Para responder sobre essa transformação do ensino básico, busca-se analisar o panorama histórico da educação brasileira, no sentido de demonstrar que as mudanças nas políticas públicas impactam diretamente na realidade escolar de Mariana e Ouro Preto, no que tange a atuação dos e das professores e professoras no contexto escolar da região.

Palavras-Chave: História da Educação, Precarização Docente; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the problem of precariousness and proletarianization of

¹ Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1994), Mestrado (2003) e Doutorado (2010) em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP. Tem experiência nas áreas de Filosofia e Políticas Públicas em Educação com atuação nas seguintes áreas: Filosofia e História da Educação, Ensino de Filosofia, Epistemologia e Teorias da Educação, Políticas Públicas em Educação e Gestão e Organização do Trabalho Escolar.

² Possui graduação em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Ouro Preto (2015). Foi bolsista do PIP (Programa de Iniciação à Pesquisa entre 2014-2015) na área de Educação, com ênfase em História de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura civil-religiosa e militar, meios de comunicação em massa da resistência, políticas públicas, precarização docente e ação sindical.

teaching work in the political context of the Inconfidentes micro-region. It can be seen that teaching in national Basic Education has undergone a transformation process, which started after the promulgation of LDB 4024/61 and extends to the present day. We sought to analyze the political and educational changes that occurred in Brazil, from the dictatorial period to the reform of the State and public policies in the 1990s to 2017. It is understood that, with the change in the Brazilian political scenario for education, this has influenced and has influenced teachers and future teachers to negatively assess the real condition of the profession, a fact that externalizes the problem of precariousness and proletarianization, an issue strongly marked in pandemic times. Based on the bibliographic and documentary analysis, this analysis will have as a methodological reference the qualitative and quantitative character of the production. It is understood that this methodological proposal is fundamental because it will assist in the analysis of the sources of the period in question and in the academic production on the theme, to demonstrate the historical process and the measures that made it possible to reformulate the teaching work. To answer about this transformation of basic education, we seek to analyze the historical panorama of Brazilian education, in order to demonstrate that changes in public policies directly impact the reality of schools in Mariana and Ouro Preto, with regard to the performance of and teachers and teachers in the school context of the region.

Keywords: History of Education, Teaching Precarity, Publics Policies.

Introdução

A lógica da proletarização da docência fortemente marcada na educação contemporânea e nesses tempos de pandemia é questão *sine qua non* do debate acerca da educação nacional, além dos seus desdobramentos, nas mais diversas temáticas problematizadas a prática docente³. Porém, sem o aprofundamento claro das questões que envolvem a condição e o desenvolvimento profissional docente no contexto atual de sua formação, essa análise fica apenas em sua superficialidade, porque ignora o processo histórico pelo qual o ensino nacional passou e está passando.

Visando um aprofundamento crítico da questão, abordaremos neste artigo os resultados preliminares de nossa pesquisa de iniciação científica realizada na Universidade Federal de Ouro Preto, no Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, intitulada “*Precarização do Trabalho Docente: um estudo sobre as políticas e seus impactos na transformação do trabalho nas escolas de Mariana-MG*”, na qual foram debatidos os problemas da prática docente através de uma abordagem histórica, política e econômica.

A atual conjuntura que vivenciamos no país possibilita criar questionamentos com relação a condutas políticas e econômicas, porém para um debate mais aprofundado existe

³ COSTA, Aurea; NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A Proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2ª ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

a necessidade do diálogo entre esses dois elementos com o intermédio das ferramentas históricas, para que se evitem falsas naturalizações. O recorte temático que será analisado, visa problematizar sobre as condições do docente no Brasil, com destaque para o Estado de Minas Gerais. O período histórico trabalhado tem como ponto de partida o ano 1964, abordando fatores que foram perceptíveis à organização das políticas educacionais. O Ponto de chegada será os desdobramentos do rearranjo ideológico das políticas educacionais nos anos de 1990 até os nossos dias, além de analisar sobre a importância dos sujeitos durante esse processo histórico e afirmando a importância da compreensão de dados socioeconômicos da realidade educacional brasileira. Finalizamos esta análise apresentando com alguns dados estatísticos prementes à lógica privatista da educação, que demonstram a existência do processo de precarização e proletarianização docente.

Análise Sobre o Trabalho e a Condição Docente no Contexto Ditatorial

Antes de nos atentarmos ao trabalhador docente, trataremos da categoria trabalho, amplamente trabalhada na teoria marxista. Sobre essa vertente, o trabalho é a força de trabalho do sujeito, e, portanto, transforma potência em ação, de forma que o trabalhador domine o objeto do trabalho. Por sua vez, o trabalho se executado desse modo, possui sua produtividade, independente da ordem social vigente, porém existem casos contrários, no qual:

[...] o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu, produto, se lhe defronta como um ser *estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (MARX, 2004: p.80).

Esta reflexão inicial sobre o “trabalho” e o “trabalho alienado” será questão fundamental para análise do objeto de nossa discussão cujo objetivo, auxiliará na demonstração do período e do processo histórico que se inicia a reformulação do trabalho docente e de suas funções pedagógicas. Este o marco inicial terá como pano de fundo a reformulação da política educacional do período da Ditatorial, até os desdobramentos neoliberais do debate educacional.

Para melhor compreensão do objeto o abordaremos de duas formas diferenciadas: 1) uma análise do campo macro, demonstrando as relações entre entidades federativas, organizações mundiais, o planejamento global e seus desdobramentos de medidas políticas e econômicas na Educação Nacional; e 2) uma análise no campo micro, apresentando as medidas adotadas pelo Estado e demonstrando como as 3 esferas do poder modificaram o cenário educacional brasileiro e refletiram nas ações dos agentes históricos desse período.

O que devemos destacar desde início, é a importância legislativa no contrato social de um Estado, e a importância dos agentes históricos atuantes na formulação da realidade social. Sobre a importância desses agentes que interferem legislativamente, temos que demonstrar a consequência negativa de se instrumentalizar o aparato do Estado a seu próprio favor, que conseqüentemente gera, o que explicitou Jaehns (2005) na obra “Educação para a Emancipação em Adorno”. Jaehn (2005) demonstra como os agentes históricos prejudiciais a harmonia de elementos relacionados à Ordem social, se estabelecem na organização e ação do Estado e se manifestam como “dois tipos de assassinos potenciais na sociedade: os assassinos de gabinete (aqueles que planejam, que detêm o poder sobre os executores) e as pessoas que executam as tarefas”. O que se constata é como o melhor para a sociedade não é o idealizado pelos tutores da burocracia estatal:

Mas que haja pessoas que, em posições subalternas, enquanto serviçais, façam coisas que perpetuam sua própria servidão, tornando-as indignas; [...], contra isto é possível empreender algo mediante a educação e o esclarecimento (ADORNO *apud* JAHEN, 2005: 118).

O alerta de Adorno demonstra a importância do processo educacional para que uma sociedade possa diminuir os assassinos de gabinete existentes no âmago do Estado realocando os recursos públicos para finalidades corporativistas e partidaristas, prejudicando vários setores fundamentais para o desenvolvimento da qualidade de vida da população. Essas medidas burocratizantes ao longo do processo político que se consolidou, fundaram as bases para a reformulação do docente e a desvalorização do seu papel perante a sociedade atual. Porém, a agitação que está no âmago da educação nacional possui sua origem em conflitos que até nossos dias não estão bem esclarecidos na nossa sociedade.

O período de total desvalorização dos sujeitos que não se adequavam aos padrões da Ditadura Religiosa-Civil e Militar, através da ação extremamente violenta, de forma legitimada burocraticamente, e com um grande apoio de vários grupos da sociedade, é como demonstrou Daniel Aarão Reis(2012). Com essa análise, fica o questionamento: Como um docente visando na produção do trabalho à formação de cidadãos, respeitando a identidade e o saber do outro, não sofrerá com a falta de recursos para mudar uma política que negligencia o indivíduo de maneira geral? Para compreendermos a real situação do docente brasileiro temos que remontar o período histórico que possibilitou esse sucateamento do ensino nacional.

A repressão do período ditatorial atingiu várias representações participes dos setores públicos do país, e a educação em especial foi tratada de forma diferenciada pelos acordos firmados entre Brasil Estados Unidos MEC-USAID, que intensificaram uma reformulação na constituição curricular do ensino nacional, colocando a constituição moral do sujeito acima do conhecimento científico-acadêmico. Como demonstrou Saviani (1997), a Lei N°4.024 de dezembro de 1961 que regulamentou a LDB e que mediou o interesse entre a direita e a esquerda do país, foi atingida após o golpe de 1964, já que a necessidade de colocar os ideais capitalistas em todas as esferas sociais visava uma reformulação do plano educacional.

No que se refere à relações internacionais, o relacionamento entre Brasil e E.U.A, como foi demonstrado por Cunha e Góes (1991), se deu entre os acordos MEC-USAID que culminou na reformulação da Educação Nacional. As sucessivas mudanças num curto espaço de tempo iniciaram de maneira legitimada com a Lei N° 5.540 de 28 de novembro de 1968 que retirou a autonomia acadêmica, e após a Lei N° 5.692, de 11 de agosto de 1971, retirou o que restava da autonomia educacional brasileira. Desse modo, as mudanças legislativas interromperam um projeto pedagógico que visava à formação do sujeito para a superação das adversidades cotidianas, nas mais variadas esferas sociais, incentivando o posicionamento crítico do estudante, e por isso, possuía na dinâmica de ensino uma diferenciação metodológica, pois o que o estudante já domina não será reformulado, mas será incorporado ao ensino, acabando com a passividade e a hierarquização do ensino.

Resistência à Desarticulação Educacional

A garantia constitucional do direito de todos os cidadãos à educação desde sua infância foi conquistada após um longo período de atuação de agentes históricos que se dedicaram a essa causa. A descaracterização do trabalho docente na Ditadura criou a necessidade de articulação da classe docente para defender e criar um aparato mínimo que possibilitasse a fluidez do trabalho pedagógico. Um dos pioneiros, em meados dos anos 1970, que defendiam a docência foi o MUP – Movimento Unificado dos Professores, que buscava uma reformulação da LDB de 1971 e uma articulação à classe docente mesmo com a impossibilidade da defesa sindical aos funcionários públicos, como demonstrou Gohn (2016). Isso não significava que não existia a discussão e o debate sobre questões educacionais dentro de instituições públicas de ensino.

A forma de organização para o combate a perda de direitos trabalhistas estava na ação sindical devido à crise ocorrida em 1973, e no ano seguinte chegou até o trabalhador nacional com o arrocho salarial. Sobre a legalidade do sindicalismo nacional, a Lei 4330/64 desarticulou e enquadróu o sindicalismo nacional sobre a ótica do corporativismo. Visando superar esses problemas relativos ao sindicalismo nacional, surge uma nova forma organizacional: o novo sindicalismo. Porém, o que significava essa nova forma de organização em defesa dos trabalhadores?

Dizer “novo sindicalismo” é opor as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas às consideradas tradicionais no sindicalismo brasileiro dantes do golpe militar (MATTOS *apud* MIRANDA 2011, p.87).

A conceituação de Mattos *apud* Miranda (2011) demonstra uma ruptura com o sindicalismo anterior à Ditadura e os sindicatos corporativistas vislumbrando uma experimentação diferenciada na ação sindical. O “novo sindicalismo” apesar de ser tratado como algo revolucionário e único na história nacional possibilitou o diálogo entre o novo e o velho sindicalismo,

apresentando ruptura e continuidades ao mesmo tempo. Com a pressão política vinda de vários setores sociais na transição dos anos de 1970 para os de 1980, o que ficou evidenciado foi à diminuição do apoio popular ao que estava ocorrendo no país, com maior margem para atuações de vários grupos defenderem a Educação nacional nos moldes pedagógicos e democráticos, para atenderem desde a educação infantil, passando por todo o Ensino Básico e finalizando no Ensino Superior.

A profissão docente estava novamente no centro das discussões sociais do Brasil, e conseqüentemente em Minas Gerais. Os debates iam desde a capacitação até discussões sobre recursos salariais, e para melhor se organizarem conseguiram estabelecer uma forma de resistência as imposições governamentais aos trabalhadores de educação. A população brasileira estava sofrendo com a recessão econômica, com os trabalhadores da educação mineira o problema era o mesmo, porém existiam dois agravantes que acentuavam a precarização de profissionais ligados à educação: o corporativismo das representações e a impossibilidade de organização sindical conforme o artigo 4 da lei 4330/64 demonstra “A greve não pode ser exercida pelos funcionários e servidores da união, Estados, Territórios, Municípios e autarquias, salvo se se tratar de serviço industrial e o pessoal não receber remuneração fixada por lei ou estiver amparado pela legislação do trabalho”⁴. Os trabalhadores em educação mineiros estavam sem possibilidade da ação, porém a conjuntura no período criou uma esperança no final dos anos de 1970. Na análise de Oliveira (2006, p.63) sobre essa questão, o autor comenta que:

Em maio de 1978 eclodiram várias greves na região do ABC, e em Minas Gerais os metalúrgicos começaram também a mobilizar-se. Em Monlevade, os trabalhadores apresentaram mais uma vez, em agosto de 1978, suas reivindicações à empresa. Como não foram atendidos, decidiram-se, em assembleia pela greve.”

A organização sindical dos trabalhadores pode ser observada com a quantidade de núcleos espalhados pelo Estado, demonstrando em forma embrionária o que resultou na UTE-União dos Trabalhadores do Ensino. No ano de 1979 observamos que a articulação dos militantes do CGG - Comando Geral de Greve, possibilitou a organização de maneira diferenciada ao que estava ocorrendo na representação sindical:

Inclusive durante o movimento os professores começam a identificar a APPMG com o governo estadual que naquela época era encabeçado pelo governador “biônico” Francelino Pereira do partido que dava sustentação política à Ditadura Militar – ARENA, pois “*havia uma versão à época que Maria Telma que presidia a APPMG, tinha um acerto com o governo no sentido de fazer a campanha dela para presidente da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), hoje CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)*” Destaque do Autor (OLIVEIRA, 2006, p 84).

⁴ Cf. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm > data do acesso: 23 agosto 2017.

Com a ressignificação do papel docente dentro das novas bases que representavam o profissional da Educação ciente da sua função social, e da importância do seu trabalho na sociedade sendo questionada, vemos elementos conjunturais – como a crítica ao corporativismo sindical, a reformulação do docente perante a sociedade na Ditadura, as greves trabalhistas no ABC e João Monlevade e a impossibilidade de organização legitimada devido ao 4º artigo da Lei 4330/64 – possibilitaram a ação dos agentes históricos envolvidos:

A culminância dessa reunião foi no dia 12 de maio de 1979 quando no Ginásio do Mackenzie (Rogério Corrêa) foi decretada a greve geral dos professores para o dia 17 de maio, sendo que os professores da Rede Particular decidiram realizar uma assembleia para o 21 de maio (segunda-feira) para sentir a possibilidade de aderir ao movimento. Porém, os professores da Rede Pública, principalmente da rede estadual aderiram ao movimento grevista imediatamente. Com o posicionamento dos professores da Rede Pública em assumirem a greve de imediato com forte penetração nas bases supera as articulações do grupo que estava se postando como oposição à diretoria do SINPRO, ou seja, o movimento vindo “de baixo” supera a vanguarda (OLIVEIRA, 2006 p. 78).

A organização do CGG e sua capacidade de articulação possibilitou a criação da UTE que demarcou em julho de 1979 suas diretrizes. Na região dos Inconfidentes, em meio às reivindicações educacionais à Universidade Federal de Ouro Preto, mesmo após o controle arbitrário das condutas acadêmicas com o decreto N° 477 de 26 de fevereiro de 1969 e o controle da produção científica nacional, se comportava de forma ativa nas efervescências sociais, se inserindo dentro dessa querela que visava uma reformulação da educação nacional em todos os níveis.

O circular intitulado “*O Martelo*” percorria as ladeiras de Ouro Preto no DAEM/UFOP Diretório Acadêmico da Escola de Minas/Universidade Federal de Ouro Preto. Em uma edição extra de março de 1979, além de problematizar sobre questões como a Anistia, o Transporte, o Meio Ambiente e a Economia, destacando como principal matriz dos seus questionamentos um mal que se fez presente na sociedade brasileira que vivenciou os “Anos de Chumbo”:

A nossa luta por melhores condições de ensino se encontra estreitamente ligada à luta por melhores condições de vida e trabalho para a população, na medida em que a educação é um dos serviços públicos que devem ser fornecidos a todos. Mais do que um meio de obter qualificação profissional, a Educação é principalmente um processo de criação e transmissão de conhecimento que deve ser posto a serviço de toda a sociedade.

O que estava sendo discutido com as panfletagens na Região dos Inconfidentes estava demonstrando o descontentamento com as políticas públicas adotadas em vários setores, e o foco principal era o da educação e o da formação dos trabalhadores do país. A carência e a completa dissociação entre educação e trabalho criavam uma necessidade de organização dos trabalhadores, para que através de sindicatos, fosse possível a formação complementar

dos trabalhadores, visando uma formação além da mercadológica, visando uma superação da teoria do Capital Humano. Com relação à importância da circulação de informação para a sociedade trabalhadora nacional do período, em Minas Gerais na região de Belo Horizonte, vale ressaltar que a UTE se utilizou de modo inteligente para a circulação de mídias revolucionárias aumentando a sua capacidade de diálogo com a sociedade, para atingir esse objetivo o veículo de comunicação utilizado era o “*Jornal dos Bairros*”:

Nós professores mineiros da rede particular e oficial, iniciamos um movimento por melhores salários e condições de trabalho e ensino. As condições de vida dos trabalhadores do ensino são atualmente péssimas. Os salários dos professores, como dos trabalhadores em geral, não acompanham a disparada do custo de vida. A maioria do professorado mineiro ganha entre um e dois salários-mínimos. Por isso, para atender às mínimas necessidades de nossas famílias, somos obrigados a trabalhar em vários horários e várias escolas, sem direito a horas extras, sem tempo de preparar aulas, podendo ser despedidos a qualquer momento. Os prejudicados com esta situação são, além dos professores, as famílias dos trabalhadores que mandam, com dificuldades seus filhos à escola, onde o nível de ensino é cada vez mais baixo. Após várias assembleias, enviamos aos patrões e ao governo (estadual e municipal) nossas reivindicações. A resposta foi negativa demonstrando total descaso pelos professores e conseqüentemente pelo ensino mineiro. Diante da negativa, não temos outra saída senão a paralisação das aulas. Os professores de outros Estados (Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba, Brasília e Paraná) já demonstraram que a greve é único caminho para fazer valer nossos direitos. Entendemos que a luta por condições de vida e trabalho é justa e necessária. E não é apenas nossa. Precisamos do apoio da comunidade, dos senhores pais e de nossos alunos que sofrem as conseqüências das más condições das escolas e da falta de tempo e cansaço dos professores. Sugerimos aos pais que discutam formas concretas de apoio ao nosso movimento. (*Jornal dos Bairros*, 21/05/1979).

O posicionamento dos “professores mineiros” como um movimento pertencente ao “novo sindicalismo”, procurava uma melhora na qualidade da educação da “família dos trabalhadores”, delatando a péssima condição de trabalho do docente não só no Estado de Minas Gerais, mas também em outras regiões do Brasil. A articulação do Movimento debatendo as questões relativas à Educação Nacional estava ganhando força tanto na sociedade como um todo, e por essa razão também teve seus desdobramentos dentro do campo acadêmico.

As pressões organizadas por movimentos ligados à regulamentação da Educação Nacional com parâmetros pedagógicos que visavam à formação do sujeito para além do mercado de trabalho ganhavam força com grupos articulados como: a Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência (SBPC) atuação entre 1976-1980; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) fundada em 1977; a Associação Nacional de Educação (ANDE) e o Centro de Estudos “Educação e Sociedade” (CEDES) da UNICAMP fundada em 1978. A articulação entre ANPED, ANDE e CEDES possibilitou a realização das Conferências Brasileira de Educação, que se iniciaram em 1980, e através de uma pressão para a execução da Lei 7.044/82 que alterava a Lei 5.692/71 que prejudicava o docente nacio-

nal, e desses debates conceberam em setembro de 1986 a “Carta de Goiânia” que visava a democratização da Educação Nacional atendendo todas as diferenças individuais existentes dentro da sociedade e conseqüentemente do ambiente escolar e a substituição da LDB de 71.⁵

Em meio às reivindicações que estavam ocorrendo pelos trabalhadores nacionais, temos que demonstrar quais elementos que seriam responsáveis pela reestruturação da produtividade nacional e como as suas origens são externas à realidade brasileira:

Entre 1979 e 1982, a política monetária e fiscal norte-americana desencadeou, através da violenta alta da taxa de juros, a ruptura da chamada “crise da dívida externa”. Isto, mais o cerceamento quase completo ao financiamento externo, obrigou a maioria dos países devedores a implantar políticas (ou tentativas de políticas) macroeconômicas de ajuste ortodoxo na base do chamado “Consenso de Washington” – cortes do gasto público, restrições monetárias, altos juros, arrocho salarial, câmbio “realista”, etc. - , o que implicava objetivamente corte parte da demanda interna, deslocando-a para a geração de excedentes mercantilizáveis no exterior para o atendimento do serviço financeiro da dívida externa (OLIVEIRA, 2006, p. 113).

O “Consenso de Washington” demarcou dessa forma uma intervenção do Estado norte-americano na reestruturação da economia de mercado através da influência nas instituições financeiras situadas nos E.U.A. como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento. Os E.U.A. agiram de forma paradoxal na concepção da sua política econômica, pois se por um lado planejava uma política ortodoxa visando a diminuição do papel do Estado, na própria imposição do Consenso agia de maneira contrária à lógica liberal. Explicitando a capacidade de interferência na educação mineira através dessa estratégia adotada no processo de transição política do Brasil, reestruturando à educação que já possuía nos seus moldes as imposições dos acordos MEC-USAID.

Na transição dos anos de 1980 com o processo de redemocratização, o Estado de Minas Gerais, estava vivenciando uma política diferenciada dos demais períodos. O governo de Tancredo Neves, pelo PMDB, ao contrário do ideal privatizador que estava tomando o cenário nacional, inovou instalando políticas públicas como a 4.787/83 que regulamentava a aproximação entre Escola e comunidade. Essa política pública foi legitimada graças à pressão de todos os cidadãos que se identificavam com a necessidade da reformulação estrutural do sistema de ensino mineiro, através do “Congresso Mineiro de Educação”. Todas as instâncias do Ensino estavam ganhando legitimidade, porém com a candidatura à presidência de Tancredo Neves, o governo do Estado fica nas mãos de seu vice, Hélio Campos, um dos parlamentares que participou da cassação na assembleia de Minas Gerais em 1964, anunciando o golpe.

⁵ GOHN, Maria da Glória. “Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil”. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf> Acesso em: 10 agosto de 2017.

Seguindo a corrente privatizadora que estava tomando conta das camadas dirigentes do Brasil, o sucessor de Tancredo Neves, desestruturou todo o projeto político que estava sendo reformulado na Educação mineira, e deu margens para que o seu sucessor Newton Cardoso continuasse transferindo para a iniciativa privada a responsabilidade educativa. Houve uma diminuição do orçamento máximo da educação de 36% para 25% com a resolução 6.518 de 17 de fevereiro de 1989 retrocedendo vários direitos conquistados principalmente no ensino infantil como demonstrou Cunha (2009).

A articulação entre os movimentos em favor dos direitos dos trabalhadores que demarcou o “novo sindicalismo” ressignificou, esse fenômeno teve seus desdobramentos nos anos de 1980 devido à articulação de seus militantes, e a concretização de duas entidades importantes no cenário político nacional, como demonstrou Silva (2008, p. 81):

Quanto aos atores envolvidos no processo, ora enfatizando mais ora menos, os trabalhos utilizados neste ensaio não desprezam o papel que os movimentos sociais e a Igreja Católica tiveram na formação do grande legado do “novo sindicalismo”: a CUT e o PT. Todavia, a disputa que envolveu setores do PCB e pessoas ligadas ao que seria o PT teve um papel muito ativo na configuração do movimento sindical posterior às greves de 1978/1980.

A mobilização social que se iniciou com as greves no ABC, em 1978, como resistências às sucessivas perdas trabalhistas instaladas no governo com o *Pacote de Abril* desencadearam uma série de revoltas em vários locais do país. Transformando greves trabalhistas com características econômicas em manifestações políticas com características classistas como os movimentos de Anistia Política de 1979, e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) N° 5/1983, conhecida como “Emenda Dante de Oliveira”:

Porém, o povo brasileiro ficou frustrado, porque no dia 25 de abril de 1984 a “*Emenda Dante de Oliveira*” foi colocada em votação no Congresso Nacional e não conseguiu votos suficientes para sua aprovação. Por que a ação do governo com apoio de seu partido de sustentação, PDS, impediu que ela obtivesse os 2/3 de votos que possibilitassem sua aprovação (OLIVEIRA, 2006, p. 148).

As articulações dos trabalhadores e a abertura política lenta e gradual de Geisel estavam demonstrando uma necessidade de reformulação da sociedade que à alguns anos tinham legitimado o Golpe. Porém a forma de ação dos que negligenciavam a educação e ocupavam o poder em suas mais diversificadas camadas, também aparelhavam os meios de comunicação para legitimar suas ações. Os textos publicados nos meios de comunicação de circulação nacional, como o Ex-Ministro da Fazenda de Geisel e Ex-Ministro do Planejamento de Figueiredo, Mario Henrique Simonsen, viram a necessidade da reformulação econômica país, e para isso ocorresse seria necessária uma reestruturação nas funções do Estado, como demonstrou na Revista *Veja* de 14 de Outubro de 1987 com o texto “O risco de optar pelo atraso” com o subtítulo “A máquina farisaica, gastadora e irresponsável que domina o

Estado e pode levar o país ao colapso.”

Simonsen in Alberti (et all) (2002) suaviza as funções de multinacionais, colocando-as como uma necessidade na reformulação estrutural da economia nacional, para ele “vender empresas estatais, na verdade, é a ordem do dia não apenas na Grã-Bretanha, na França, na Itália e na Espanha, mas até mesmo na Nigéria e na Tanzânia.”

Proletarização do Trabalho Docente e Alteração das Políticas Educacionais nos Anos de 1990 – 2017

A influência neoliberal da economia na tentativa de superação do sistema keynesiano, da diminuição da interferência do Estado, com uma regulamentação econômica, visando um desenvolvimento mais acentuado do cenário nacional e a necessidade de reformulação da atuação Sindical no Brasil, deu brechas para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso conseguisse implementar na sua gestão uma reformulação na Educação Nacional. A referência utilizada foi o documento da CEPAL/UNESCO intitulado “Educação e Conhecimento: Eixo da Transformação Produtiva com Equidade”, de 1992. Este documento traz à tona a necessidade da reformulação educacional em países que buscam um desenvolvimento tecnológico de forma mais incisiva, e seu reflexo na educação nacional através de políticas públicas foram: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 e a Emenda Constitucional - EC 14/96 que resultaram na aprovação da Lei 10.172/01 que regulamentou o Plano Nacional de Educação - PNE.

O método de interferência e os objetos são claramente o de privilegiar a formação de mão-de-obra, e não uma formação que estimule o posicionamento crítico necessário para a funcionalidade da cidadania:

A proposta estratégica está articulada ao redor dos objetivos de **cidadania** - que se refere à equidade, à responsabilidade social, à transmissão de valores e à formação democrática - e de **competitividade** - que visa à aquisição das habilidades e destrezas necessárias para poder desempenhar seu papel produtivamente no mundo moderno. Como critérios inspiradores das políticas que serão derivadas dessa proposta estratégica, podem ser consideradas a **equidade** que se refere à igualdade de oportunidades e à compensação das diferenças, e o **desempenho**, refletido na avaliação de rendimentos e no incentivo à inovação. (Nossos destaques) (OTTONE, 1993 P. 10).

Adotando essas medidas FHC conseguiu legitimar o ideal neoliberal dentro dos moldes educacionais do país, e concretizar o que teorizava uma década atrás na sua publicação janeiro de 1983 no *El Trimestre Económico, em Las Políticas Sociales en la Década de los Años Ochenta: ¿Nuevas Opciones?*, quando o recém eleito Senador FHC, demonstrou através de uma análise histórica como a política social brasileira sempre esteve na mão da iniciativa privada até serem incorporadas medidas políticas a partir de 1930, com as manifestações sindicais, a influência anarquista e socialista. Ele demonstrou a diferença e a mudança con-

ceitual das “questões sociais” por parte do Estado devido a atuação desses grupos, e após contextualizar o golpe militar e a crise dos anos 1970. FHC realocou a posição do Estado perante as questões sociais e a necessidade de mudança nos anos 1980, como o próprio Cardoso explicitou:

La postura actual es favorable a la *democratización* de la planeación, pero no se opone al plan. Y por otro lado el "sujeto histórico" de la acción comunitaria reactiva, en la ideología contemporánea, no es el individualismo burgués ni la tecnología de las agencias sociales, sino que es el "movimiento social". Así, la tendencia que desea oponerse al burocratismo estatal busca recomponer la unidad de la sociedad fragmentada por medio de la acción reivindicativa de las masas. A la previsión y omnipresencia del Estado opone la conciencia concreta de los intereses sociales y la solidaridad de la comunidad (CARDOSO,1983, p.185).

A diminuição do Estado ao seguir à lógica liberal da economia ortodoxa clássica, comprime o papel da economia, estimulando a entrada de bens de consumo, à livre concorrência e o incentivo ao investimento das Nações nos produtos no qual ele tem vantagens comerciais. A adoção dessas medidas somente tem validade se os Estados não interferirem na organização econômica, porém as políticas de intervenção por parte do Estado possuíram desdobramentos sociais, pois a produtividade de uma Nação vem da sua sociedade. Se nos embasarmos nos ideais econômicos para a organização da cultura e das relações sociais existentes na sociedade, deparamos com métodos de governar que possuem elementos antidialéticos na sua concepção, e que irão acentuar fenômenos anômalos e o pauperismo na sociedade com a reestruturação educacional, acentuando uma tendência observada por Gramsci:

A tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola "desinteressada" (não imediatamente interessada) e "formativa", ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados (GRAMSCI,1982, p.118).

O que se observa com o a teorização e a sucessivas ações deliberativas de agentes históricos, com uma alta capacidade de articulação no cenário político nacional, são elementos conjunturais que forçam uma mudança estrutural na Educação Nacional, demonstrando a necessidade de atuação de outros agentes para conter determinadas práticas corporativistas.

A reestruturação da luta pela conquista dos direitos, que ocorreu devido ao fim da União Soviética, desestabilizou o cenário das esquerdas do país, a hegemonia do Capitalismo gerou um fenômeno de profundo egoísmo social, criando uma “sociedade individualizada”, como nos alertou Bauman:

É por isso que o advento da sociedade líquido-moderna significou a morte das prin-

cipais utopias sociais e, de modo mais geral, da ideia de “boa sociedade”. Se a vida líquida estimula algum interesse pela transformação social, a reforma defendida tem como principal objetivo empurrar a sociedade em direção à rendição de todas as suas pretensões a um valor próprio, com exceção do valor de uma força policial para preservar a segurança dos “eus” que se autorreformam (BAUMAN, 2009, p.19-20).

A atuação sindical sentiu essa reformulação e com isso ocorreu uma mudança no foco segundo Roberto Véras (2000), pois ocorreram três mudanças que serviram de base para a desarticulação sindical, em especial da Central Única dos Trabalhadores - CUT:

a) a tendência a uma maior descentralização das práticas de negociação coletiva, aliada à crescente pulverização das organizações sindicais e a um certo recrudescimento das práticas sindicais corporativistas; b) a exigência por uma ação internacional mais efetiva, colocada pela “globalização” e processos de “regionalizações” (especialmente Mercosul e Alca); c) a emergência dos espaços locais/regionais como novo campo de ação sindical (VÉRAS, 2000, p. 17).

A desestruturação sindical e a ofensiva pela reformulação estrutural da sociedade para se realocar a produtividade visando aumentar a riqueza nacional motivada por uma sociedade organizada no individualismo, criada e assimilada por grupos deliberativos, desencadearam mais uma parte do processo da proletarização docente, e foi sentida pelo profissional que exerce funções pedagógicas tanto em cargos administrativos quanto na prática docente. Porém como ocorreu a desestruturação da ação sindical no país e no Estado de Minas Gerais?

A ação sindical que questionou e influenciou a reformulação de elementos legislativos no país, na transição dos anos de 1980, certamente foi se reestruturando com o fim da guerra fria, e a absorção de um novo mundo produtivo que pertencia ao União Soviética, intensificou a reestruturação produtiva, com isso começa a surgir dentro da maior instituição sindical do país, a CUT, uma reformulação estrutural dos seus objetivos, que acreditavam numa “via única” que mudaria a perspectiva da entidade nos anos de 1990.⁶ Segundo Miranda (2011), outro elemento de grande importância foi à criação da Força Sindical, que claramente surgiu com ideais corporativistas, já que era patrocinada pelo governo Collor e sua lógica neoliberal, influenciando a CUT a se tornar um sindicalismo de “negociação e conciliação entre Capital e Trabalho” abandonando a base classista que originou e legitimou as ações da Central.

Aliados à essas medidas, a ação que demonstrou o abandono aos ideais dos trabalhadores nacionais em detrimento de negociações sobre produtividade numa escala macroeconômica, resultando na concretização conjuntural que possibilitou a mudança do sindicalismo nacional, foi a filiação da CUT à CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres no ano de 1992, essa confederação internacional que a Central incorporou possui

⁶ MIRANDA, Kênia. “O ANDES-SN e a ruptura com a CUT: o combate à estrutura sindical e o desafio de reorganização da classe trabalhadora.” In: **Universidade e Sociedade**. Campinas, n.47, p. 85-96, fev. 2011.

muita influência da política norte-americana. O resultado desse processo de mudança pode ser percebido em meados da década de 1990:

Já em 1996 a direção da CUT demonstrava disposição para negociar reformas neoliberais que retiravam direitos de determinados setores da classe trabalhadora. Sob o governo de Lula da Silva, porém ocorreu um salto de qualidade, pois a CUT deixou de negociar “o menos pior” nas (contra) reformas apresentadas pelo governo e passou a ser ela também co-fundadora das propostas, como no caso da PEC 369 (MIRANDA, 201, p. 89).

Os reflexos em Minas Gerais dessas mudanças das estruturas sindicais, atreladas à flexibilização do trabalho na sociedade nacional e as mudanças legislativas atingiram a UTE, como demonstra Oliveira (2006, p. 184):

Um segundo espaço tempo que vislumbro vai do início dos anos 1990 ao início do século XXI. Esse período eu denomino como “constituído”, pois a conquista ao direito à sindicalização garantida pela Constituição de 1988, consolida a UTE, que após a unificação passa a se denominar Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE), e em face disto se estabelece de forma sindical semelhante aos outros sindicatos de trabalhadores. Essa mudança apresenta uma nova formatação do sindicato [...].

Outro fator que requer a atenção para a reformulação das entidades sindicais é o posicionamento dos agentes históricos que lideravam à militância sindical durante o processo de transformação que a sociedade brasileira estava sofrendo. Muitos desses processos foram assimilados pelo Estado, sob a égide do Partido dos Trabalhadores.

Isso aí é uma discussão um pouco mais complicada, porque ela envolve variáveis subjetivas. Eu tenho uma posição muito dura sobre essas coisas. Eu acho isso muito importante, certo. Primeiro se você for pegar o essencial da minha trajetória ia ser engenheiro na vida. Nunca nenhum engenheiro me cobrou porque eu não fiz o curso de engenharia. Já no passo seguinte eu ia ser administrador de empresas, foi a primeira coisa que eu formei. Ninguém nunca veio me cobrar porque eu não continuei administrando na minha vida. É... esse é um processo complicado, o que acontece é contraditório, há uma dialética (sic.) aí. Que ela é mais complexa do que é a coisa do poder. Não se trata, quer dizer, não quero dizer com isso que algumas pessoas de fato “não virem a casaca”. É importante dizer isso. Qual lugar você se encontra? Eu creio quando você está no sindicato, sua função é defender a sua categoria (OLIVEIRA, 2006, p.215)

O discurso descrito por Oliveira (2006) em sua pesquisa foi a manifestação da reformulação dos agentes históricos que estavam na militância sindical, demonstrando, que os seus ideais se reformularam, afinal “Qual lugar você se encontra?”, infere que agora ele foi assimilado pelo Estado mineiro, se posicionando como um trabalhador do Estado Burocrático

que de modo legislativo controla a cultura nacional e prejudica muitos dos elementos dos trabalhadores da educação que são representados pela UTE. Com isso retorna de forma mais intensificada o processo de reformulação da pedagogia escolar, visando alertar à interferência do mercado econômico de iniciativa privada na concepção metodológica da educação nacional pública e privada, com relação ao tema. Os reflexos reais na Educação nacional e mineira são percebidos com os Acordos entre o BM-Banco Mundial- e grande parte dos Estados brasileiros, com esses acordos a visão pedagógica foi deixada num segundo plano à medida que o BM aceitava investir se tivesse autonomia para intervir e influenciar em medidas deliberativas, Como demonstrou Tommasi:

[..] a importância de investir em educação para sustentar o crescimento econômico, a rentabilidade desse investimento em termos de uma análise de custos-benefícios, a rentabilidade desse investimento em termos de uma análise de custos-benefícios, a questão da “qualidade total” e da reforma do sistema gerencial para atingir níveis de eficiência comparáveis àqueles das empresas (TOMMASI, 1996 p. 205).

O investimento Milionário do BM que iniciou nos anos de 1980 somente foi implementado em Minas Gerais em meados nos anos de 1990, e é considerado um exemplo a ser seguido com relação ao plano original. O projeto implementado em Minas Gerais, intitulado “Apresentação do projeto “melhoria da qualidade da Educação Básica em Minas Gerais” (Pró-Qualidade) foi aprovado pela assembleia legislativa em 1994 tendo como objetivos específicos mudanças na administração escolar, na formação do docente, no material didático e na melhora do ambiente escolar físico, com subprojetos visando o monitoramento e a pesquisa sobre os resultados produtivos obtidos. Esses fatos ignoraram totalmente a necessidade de investimento no docente em si e na melhoria do seu bem-estar, criando de forma paradoxal uma desvalorização intensificada após o investimento. Com relação as mudanças neste processo histórico podemos ver como o fenômeno de precarização da função docente e de flexibilização (Ver Figura 1), que foram criados pelos grupos regulamentadores e financiadores da reestruturação da educação nacional e resultaram na desvalorização do profissional docente:

Figura 1⁷:

Rendimento no trabalho principal dos professores¹ das redes estaduais e municipais com ensino superior completo, em relação ao rendimento médio no trabalho principal dos demais profissionais com escolaridade equivalente, jornada de 40 horas semanais.

Brasil e Regiões - 2013

Regiões	Rendimento médio dos professores		Rendimento médio dos demais profissionais	Variação necessária para equiparar a remuneração docente a dos demais profissionais	
	Rede Estaduais	Redes Municipais		Rede Estaduais	Redes Municipais
		2.342,58			
Brasil	2.869,29		4.306,68	50,1%	83,8%
Norte					
Nordeste	2.877,71	2.122,89	3.475,09	20,8%	63,7%
Sudeste	2.560,96	2.211,66	3.730,18	45,7%	68,7%
Sul	2.516,31	2.465,12	4.220,14	67,7%	71,2%
Centro-Oeste	2.803,43	2.508,47	3.991,74	42,4%	59,1%
	3.951,17	2.522,60	4.849,14	22,7%	92,2%

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2002, 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: (2) Valores sem ponderação

A falta de reconhecimento social e econômico de uma formação profissional acadêmica demonstra de modo objetivo como se manifesta à precarização e proletarização dessa função, e a necessidade da reformulação desse quadro para que ocorra uma melhora real na prática docente do país, visando não somente uma capacitação docente, mas uma valorização, agindo de uma forma contrária as práticas do Estado ao longo do período.

O investimento na estrutura escolar nacional com a arrecadação bilionária visando uma melhora na educação básica, com a reestruturação nos anos de 1990, agiu de modo inverso ao esperado em uma sociedade democrática, o docente através da proletarização que o aliena da sua profissão e o precariza foi atingido de forma mais ríspida na região sudeste, onde o projeto aplicado, de maneira mais próxima à organizada pelo BM foi implementado o planejamento do projeto “melhoria da qualidade da Educação Básica em Minas Gerais”.

Com relação aos reflexos dessas políticas públicas em parceria com a iniciativa privada se obteve na região sudeste números que auxiliam na hipótese da flexibilização e precariza-

⁷ Cf em DIEESE. “Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica.” In: Nota Técnica. São Paulo, Nº 141, out. 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf> Data do acesso: agosto de 2017

ção intensificado nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro que resultou desse planejamento entre políticos e empresários, que negligenciaram a qualidade de vida de um trabalhador da Educação Básica nacional como demonstra na figura 2 a Nota Técnica do DIEESE:

Figura 2⁸:

**Rendimento real¹ dos professores² das redes estaduais e municipais no trabalho principal segundo região, jornada de trabalho semanal de 30 horas
Brasil - 2002 -2013**

Em R\$

Anos	Brasil	Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2002	1.249,22	1.210,27	877,82	1.612,00	1.299,84	1.504,72
2006	1.380,01	1.345,63	1.060,50	1.579,50	1.484,30	1.800,32
2009	1.486,08	1.496,00	1.171,99	1.550,52	1.609,83	1.926,30
2011	1.579,51	1.505,21	1.268,66	1.701,35	1.616,62	2.043,56
2013	1.762,23	1.687,03	1.559,26	1.747,61	1.825,84	2.316,51
Varição real (%) do rendimento	41,1%	39,4%	77,6%	8,4%	40,5%	53,9%

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2006, 2011 e 2013

Nota: (1) Valores a preços de setembro de 2013 pelo INPC-IBGE; (2) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores sem ponderação

A tabela acima demonstra como o cenário econômico atual desvalorizou a função docente, e se intensificou na região sudeste, que obteve uma porcentagem de variação real do rendimento, entre 2002 até 2013, por volta de 30% menor que a média nacional, ou seja, o trabalho docente que se encontra em situação defasada quando comparado com as demais profissões com mesmo nível acadêmico de formação, como demonstrou a tabela 2, intensifica a desvalorização social da prática docente.

Considerações Finais

A importância da resistência foi um fenômeno que pode ser observado com o “novo sindicalismo” e os seus desdobramentos na luta por direitos educacionais no país, com o

⁸ Cf. Em Cf em DIEESE. “Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica.” In: Nota Técnica. São Paulo, N° 141, out. 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf> Data do acesso: agosto de 2017

enfoque em Minas Gerais, destacando o papel da UTE para lutar por melhorias trabalhistas, e posteriormente, políticas.

A luta e a obtenção de conquistas dos agentes históricos que conseguem a regulamentação sindical e que muitas vezes são assimilados com a abertura política demarcam mudanças das demandas políticas e sociais, e conseqüentemente, reestruturam as bases da luta sindical, com isso alguns elementos são incorporados pelo Estado e se vem em situação de oposição às práticas que eram defendidas anteriormente.

Esse processo de mudança política desencadeada ao longo dos anos 1980, apesar de visar uma redemocratização, continua, no plano educacional, com medidas que estavam sendo implantadas no período ditatorial, intensificando a reformulação sindical dos anos 1990 e o abandono ao ideal classista com a adoção de ideais corporativistas.

O trabalhador docente se vê então pertencente a um processo de reestruturação das suas práticas, sobre a ótica neoliberal. A assimilação de elementos pertencentes à economia de mercado, como maior produtividade e a meritocracia, são incorporados ao ensino nacional.

A conjuntura que foi analisada possibilitou demonstrar as continuidades das políticas públicas no setor educacional, que descaracterizaram a função docente, criando no senso comum o ideal que vê somente no docente a culpa do cenário da educação básica atual. Assim, se negligência, muitas vezes, as políticas adotadas na educação pública nacional como responsáveis por diversas anomias na sociedade atual.

As políticas econômicas criadas pelo “consenso de Washington”, que se desdobraram na educação básica do Brasil com o financiamento do BM, no final dos anos 1980 e nos anos 1990, aceleraram o processo de precarização e proletarização da função docente. A adoção dessas políticas unilaterais, visando um enquadramento da economia nacional na superação produtiva, abandonou claramente uma formação pedagógica com características humanísticas em detrimento de uma formação voltada às práticas técnicas.

O que se torna perceptível é como essa conjuntura histórica com a interação de elementos que vão além da prática pedagógica como política e economia, deixa o profissional docente alienado da sua função. A lógica de produtividade, advinda das políticas públicas de caráter privatista, cria um mal-estar no docente, que muitas vezes se vê preso aos prazos e metas impostos pelas escolas, questão premente na atualidade com o processo de uberização da atividade educativa.

Em linhas gerais, o docente assume característica do trabalhador braçal e, conseqüentemente, perde a sua característica de formador de cidadãos conscientes, no que se refere ao processo de sua emancipação. Se observarmos dialética entre o trabalho produtivo e o trabalho intelectual a primeira concepção é a que vem se materializando na escola.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V.; SARMENTO, C. E e WERLANG, Sérgio Ribeiro. Organizadores. “Textos Escolhidos – Mário Henrique Simonsen”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARTES, Amélia; ROSEMBERG, Fúlvia. O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. (Org.). Oferta e demanda de educação infantil no campo. Porto Alegre: Evangraf, 2012. p. 13-69.

BRASIL. Lei nº 4330, de 1º de junho de 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Las políticas sociales en la década de los años ochenta: ¿nuevas opciones? In: El Trimestre Económico. Cidade do México. L1(197):169-188, jan/mar.1983.p.185.

CEPAL. UNESCO. Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília: IPEA/CEPAL/UNESCO, 1995.

COSTA, Aurea; NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. A Proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação. 2ª ed. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

CUNHA, Luiz Antoni.; GÓES, Moacir de. O Golpe Na Educação. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

CUNHA, Luiz Antonio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. 6ª Ed. São Paulo: Cortez; Niterói, Editora UFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 2009.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>> Acesso em: 03 abril 2016.

DIEESE. “Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica.” In: Nota Técnica. São Paulo, N° 141, out. 2014. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Ed. 48. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. “Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil”. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Maria%20da%20Gl%C3%B3ria%20GOHN.pdf> Acesso em: 10 jan 2016.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4ª Ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1982.

- JAEHN, Lisete. Educação para a emancipação em adorno. Passo Fundo: UPF, 2005. p.118.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da política econômica. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, I.1, v.I. p.92-105.
- MATTOS, Marcelo.B. Novos e velhos sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício e Leitura, 1998.
- MIRANDA, Kênia. “O ANDES-SN e a ruptura com a CUT: o combate à estrutura sindical e o desafio de reorganização da classe trabalhadora.” In: Universidade e Sociedade. Campinas, n.47, p. 85-96, fev. 2011.
- NEVES, Lucélia de Almeida. “Elitismo, Intolerância e Discriminação: Cassação de Deputados Operários de Minas Gerais (1964).” In: Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. São Paulo, v.34, p.15-36, jul./dez. 2008. p. 26.
- OLIVEIRA, Wellington de. A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sind-UTE. Tese de Doutorado, UFMG. Belo Horizonte. 2006.
- O Martelo. Ouro Preto: DAEMM/UFOP. Março, 1979.
- ONU, “Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)”. UNICEF Brasil. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 29 dez 2015.
- OTTONE, Ernesto Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade* (uma visão sintética). Revista INEP Série Traduções n.1 Brasília fev/1993
- REIS, Daniel Aarão. “O sol sem peneira”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 7, nº. 83. Agosto de 2012.
- SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
- SILVA, Marcelo D. Educação Ideologia e Complexidade: contribuição para a crítica ao pensamento de Edgar Morin e sua interface com a educação brasileira. Paco Editorial, Jundiaí, 2012.
- SILVA, Marcelo D. da A Miséria Ideológica dos Paradigmas Educacionais Contemporâneos: os modismos do pensamento complexo. In BATISTA, Eraldo et all (orgs) Desafios de Perspectivas das Ciências Humanas na Atuação e na Formação Docente. Jundiaí-SP, Paco Editorial 2012 p. 109-126.

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. Entre a vanguarda e o espontaneísmo: embates pela hegemonia do “novo sindicalismo” no Brasil. In: Revista Urutágua, Maringá, N° 16, ago./set./out./nov. 2008.

TOMMASI, Livia de. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação, in: WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. 3.ed., p. 195-227. São Paulo: Cortez, 1996.

VÉRAS, Roberto. Sindicato Cidadão”: Novos Rumos do Sindicalismo Brasileiro?. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/166.pdf>>. Acesso em: 10 fev 2016.